

O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E A UNIVERSALIZAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO: ENTRE A ASSISTÊNCIA SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO NACIONAL DEMOCRÁTICO.

Douglas Oliveira Custódio
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
douglascustodio0101@hotmail.com

Artur D'Amico Bezerra
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
arturdamico@gmail.com

Alessandro Marcon da Silva
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
professor.am.silva@gmail.com

O artigo se propõe a examinar a trajetória das políticas públicas de transferência de renda e suas relações com o acesso à educação no contexto de reforma do Estado brasileiro até a consolidação na gestão político-administrativo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva de seu principal programa de transferência de renda, o bolsa família. Busca explicitar e compreender as peculiaridades entre o acesso a uma assistência focalizada em estratos sociais de baixa renda e a garantia dos mesmos ao direito social universal da educação. Propõe-se analisar as perspectivas sociais de desenvolvimento, funções do Estado, direito social e caracterizações de seu tipo de gestão no que refere-se aos seus nexos com a promoção da sociedade equânime e democrática, juntamente com a análise das novas demandas da sociedade econômica, tipos de socialização, formação pedagógicas e da produção. Conclui com a o desenvolvimentismo social e suas tarefas para a relação integrada e ampla de redução da pobreza e realização dos direitos sociais.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família; Política Pública; Transferência de Renda; Educação.

1. Introdução

Este artigo se propõe a analisar as políticas públicas de transferência de renda, suas trajetórias e o Programa Bolsa Família(PBF) e suas relações com a garantia ao acesso à educação básica no contexto de reforma do Estado brasileiro. Nesse ponto é interessante compreender as perspectivas de que tem o governo de política pública e social, de como essas constroem o caráter social, seja referente à cidadania e às novas condições de socialização e as novas relações das tarefas do Estado. Ao mesmo tempo é necessário entender como se realizaram as bases e as transformações da sociedade brasileira, suas relações sociais e necessidades em torno da produção social, na sociedade civil, no trabalho e direitos e educação.

O debate sobre uma política de renda mínima capaz de garantir um recurso econômico para sustento básico é anterior ao PBF e mesmo além dos limites nacionais,

sendo amplamente discutida em países europeus pela social democracia e por intelectuais liberais como meio capaz de promover uma maior cidadania, crescimento e ampliação econômica¹.

As formas de garantia de renda, como serão alocados e distribuídos os recursos, aparecem depois de uma discussão sob a nova forma de socialização e visão de cidadania. Evidentemente a discussão não tem unanimidade em seus pontos de vistas, que alguns sugerem ser uma armadilha ao desemprego, pois dá uma assistência que supostamente deixaria os beneficiários em situação de comodismo, sem regulamento por parte do mercado, esta visão concorrencial vê que a auto regulação daria a promoção individualmente, mas os autores da renda mínima analisam essas assistências como um fator alavancador da cidadania ao não deixar sobre o jugo do mercado as escolhas do emprego e proporcionar a uma atividade remunerada com um propósito dentro da sociedade dando maior poder de barganha aos menos favorecidos ao acesso a empregos promissores e excluí-los ao mercado de trabalho de baixos salários, empregos degradantes e sem perspectiva de progresso (VAN PARIJS, 2000).

Os interlocutores do projeto de renda mínima no Brasil são Eduardo Suplicy e Cristovam Buarque, o primeiro com um projeto que prevê a expansão de uma renda mínima paulatina e expandindo os beneficiados, inicialmente como forma de imposto negativo, o segundo, como governador do Distrito Federal, que implantou o bolsa escola como modalidade de benefício associado à frequência escolar de crianças de 7 a 14 com renda *percapita* inferior a um salário mínimo familiar.

Na discussão nacional de implantação de uma renda de cidadania o ponto mais debatido foi implantar essa renda como uma modalidade de direito e como meio de erradicar a miséria e, mais importante, sendo instrumento de cidadania ao dar acesso universal à educação relacionando-se com o projeto de eliminação do gargalo educacional e promoção de uma justiça mais equânime, assim essa modalidade de

¹ São três as perspectivas de transferência de renda: “Uma, denominada de incondicionalidade forte, propõe uma renda de subsistência para todos, sem distinção nem pressupostos condicionantes; outra, chamada de incondicionalidade débil, prevê um imposto de renda negativo apenas para aqueles que não dispõem do mínimo para viver dignamente. Uma terceira, denominada de workfare, condiciona a concessão do benefício ao desenvolvimento de atividade laboral de todos aqueles que estejam aptos ao trabalho, ou seja, estabelece contrapartidas para o acesso ao programa.” (DINIZ, 2007, p.106). A primeira proposta parte de Van Parijs, renda básica incondicional, a segunda é proposta por Milton Friedman, alegando renda a setores mais necessitados no aspecto de renda sob crivo monetário, com fim de não onerar o Estado e travancar o processo econômico e de forma a não promover o ócio, e por fim a terceira de Gorz a necessidade de compreensão da nova estrutura produtiva e acesso a renda e direitos sociais são interligados, assim cabe promover renda com novas formas de trabalho com o cenário de aumento da produtividade material. (MONNERAT et al, 2007).

assistência vem como uma medida econômica tentando evitar a precariedade do trabalho visando à universalização dos direitos e garantias fundamentais como educação, saúde pública e outras formas de fomento de medidas sociais. (SUPLICY, 2002).

No Brasil a proposta de política de renda mínima se esquematizou de forma a ser uma medida governamental de combate à precariedade de renda do mundo do trabalho e um projeto de erradicação dos gargalos de acesso equânime à justiça social, e enfrentamento ao déficit educacional.

O projeto de renda mínima, seja o mundial ou o brasileiro, tem sua ascensão no período de crise econômica com padrão de acumulação de capital junto ao Estado de Bem-estar sendo assim a solução econômica da crise de preços, inflação e desemprego, é uma tarefa social cujo Estado deve gerenciar ao renovar suas funções.

Os entraves econômicos vistos pelos ideólogos neoliberais, concomitantes ao Estado de Bem Estar, tais como o enrijecimento da remuneração, a inibição do crescimento pela forte carga tributária e a inflação decorrente da pressão salarial (POCHMANN, 1999) são as principais ações que atravancam o processo produtivo. O neoliberalismo propõe novas tarefas ao Estado, garantir o livre regulamento pelo mercado, frisando o empreendimento individual, cabendo ao estado garantir livre exercício dessas atividades (HARVEY, 2008).

O desmanche neoliberal como proposta política participa de um todo remodelador das relações sociais que fazem parte também das transformações do mundo do trabalho, governo, políticas públicas e sociedade civil.

No mundo do trabalho a desestruturação sindical provocou a imposição de contratos mais flexíveis de acordo com o novo mundo do trabalho que requer escalas e ritmos de trabalhos mais flexíveis. O novo padrão de acumulação, flexível, se apoderou desses contratos mais voláteis devidos ao desemprego em massa e ao novo modelo de remuneração de mão de obra regulado pelo mercado e impôs ritmos de jornadas de trabalho mais intensos ou trabalho em regime de subcontratos ou temporários, de acordo com a empresa, cujo novo padrão de expansão são os mercados (HARVEY, 2009).

As políticas públicas nesse primeiro período de reestruturação no Brasil restringem-se à focalização e descentralização de suas ações. A focalização em grupos mais imediatamente desprovidos de recursos financeiros, os qualificados como miseráveis e pobres. A descentralização emerge como uma ação governamental focada

nas especificidades de cada situação, deixando assim que os métodos de gestão se adequem a especificidade da situação.

O que se propõe nesse primeiro momento para as políticas públicas é a nova interpretação do Estado como agente mínimo que caberia gerenciar atividades específicas de ação social em contraste com os direitos sociais universais garantidos, a crise do padrão de financiamento público.

2. Desenvolvimentismo e o Novo desenvolvimentismo social.

O desenvolvimentismo surge como capaz de ser solução de todos os problemas produzidos pela sociedade capitalista, sendo exportado pelos Estados Unidos da América como projeto para os campos sob sua influência durante o pós-guerra. Todo o conjunto elaborado para essa nova institucionalidade passa agora pela elaboração de políticas sociais ativas, aspecto forte nessa organização capitalista, a presença ativa do Estado.

Com base nessas orientações amplas surge toda uma organização do trabalho e do capital, numa relação total entre emprego, salário e produção. Surge assim uma relação entre as políticas de produção e emprego.

O padrão técnico-científico, as relações de trabalho, as políticas macroeconômicas, de emprego e de bem estar entram como metas para a solução de toda crise da sociedade e é o padrão para a sociedade para a conquista para o seu desenvolvimento.

A importação do desenvolvimento industrial fundando no pacto do pleno emprego e caminho seguro para o crescimento surge como meta. Como fenômeno dentro dessa organização emerge uma nova forma de trabalho, o trabalho formal e organizado. Essa forma de trabalho, ligada a esta uma forma monopolista do trabalho, implica em uma reorganização do mercado de trabalho.

A exportação desse modelo desenvolvimentista para países periféricos do capitalismo exigia um conjunto de medidas singulares. A insuficiência de recursos para a realização do projeto desenvolvimentista exigiria uma série de medidas para a obtenção de recursos mediante empréstimos para a construção de todo um parque

industrial capaz de levar a cabo uma economia com um sistema de pleno emprego e acesso ao desenvolvimento.

Esse projeto desenvolvimentista financiado por recursos exteriores criou a situação de desenvolvimento com a abertura aos capitais monopolista exteriores e empréstimos a capitalistas nacionais:

Consolida-se de forma definitiva a indústria pesada de bens de capital de capital e consumo durável liderada, em todos os setores, pelas grandes empresas oligopólicas internacionais e nacionais, privadas ou públicas, quase sempre associadas, ou pelo menos, interdependentes. Firma-se, assim, um pólo moderno altamente concentrado, econômica e regionalmente, controlando mercados que já se constituem enquanto monopólios. (Fiori, 1995. p.110.)

A existência de indústrias proporciona o advento do chamado trabalho organizado e sindical, a homogeneização dos empregos e rendimentos. O caso brasileiro adere a esse padrão de desenvolvimentismo e homogeneização do emprego como proposta para as políticas de emprego nesse período.

O caso do Brasil é singular, pois se traz esse modelo de organização do trabalho para um espaço social com relações heterogêneas e autoritárias de trabalho:

no passado, durante o ciclo da industrialização nacional (1933 a 1980) que se caracterizou pela escassez de medidas definidas como políticas de emprego, ocorreu um movimento de estruturação do mercado de trabalho (forte expansão do emprego assalariado com registro), sendo o desemprego reduzido, não obstante a presença dos problemas tradicionais do mercado de trabalho, tais como: baixos salários, informalidade da mão-de-obra, heterogeneidade dos postos de trabalho e subemprego. (Pochmann.1999, p.116.)

Essas heranças do mercado de trabalho brasileiro geraram um processo de industrialização fortemente diverso, com certa dosagem de homogeneização do mercado de trabalho, com a aquisição de trabalhadores sem grandes escolaridades e por outro lado a formação de um corpo técnico:

A questão colocada é que, o surgimento de um volume substancial de postos de trabalho sem requisitos de preparação prévia facilitou a absorção de enormes contingentes de trabalhadores em atividades não-agrícolas que se desenvolveram nas áreas urbanas em consolidação. A maioria desses postos de trabalho, no entanto, não possibilitaram a estruturação de carreiras profissionais e nem mesmo a estabilização do vínculo de emprego.(...) a

própria “natureza” das oportunidades ocupacionais gerada, pelas atividades não-agrícolas, no período da industrialização brasileira, evidenciam os baixos requisitos de educação profissional e escolarização da força de trabalho. Para Baltar & Dedecca, deve-se destacar, em particular, a indústria de transformação e a construção civil que juntas respondiam por 39,4% e 42,4% (anos 60 e 70) dos novos empregos criados – sendo que de um modo geral, esses empregos caracterizavam-se por proporcionar oportunidades ocupacionais para uma mão-de-obra sem maior qualificação profissional e favoreciam a absorção dos deslocados das atividades agrícolas.

Não obstante, foi importante, também, a criação de novos empregos, principalmente na década de 70, nos ramos de atividade de educação, governo, recreação, saúde, transporte e comunicações, bancos e outras atividades financeiras. E nessas atividades, eram maiores os requerimentos de qualificação e de escolaridade formal da mão - de- obra. (Borges, 1999, p.21,22.)

Assim, a inclusão e a produção dos empregos surgem como extensão do desenvolvimentismo. O que torna peculiar a situação de inclusão e formação do trabalhador agora sob orientação homogênea do trabalho é sua baixa escolaridade, ou melhor, a separação entre setores com escolarização e outros não. Não que a escolarização nesses setores fosse fundamental para uma melhor produtividade, já que essa era condição da organização do trabalho e aquisição pelo capital da força de trabalho Acrescenta-se, no entanto, como mais uma condição histórica dentro de uma totalidade de limitações, junto ao Estado periférico do capitalismo, o que torna o desenvolvimentismo singular no Brasil.

O sucesso anterior da integração do sistema capitalista de produção social começa, em fins dos anos 60 e início dos 70, a apresentar algumas instabilidades e conflitos em seu modo de reprodução social. A inflação apresenta alta e entra em conflito o modo de acumulação capitalista, por um lado. Por outro, a estrada certa e segura do lucro mediante as propostas econômicas keynesianas que viam o salário como demanda agregada, bem como as performances econômicas do capital monopolista, já não são as mesmas e passam a não ser vistas com bons olhos.

O conflito que o Estado tomou para si, o conflito dos baixos salários e acumulação capitalista, começa a emergir novamente, agora com um acirramento entre a presença forte na economia. O conflito renasce agora como uma crise de reprodução devido aos grandes salários e o aumento da participação do Estado na esfera econômica.

A inflação nesse período começa a ser grande em relação à demanda provocada, os altos salários e os grandes custos de produção em massa em detrimento dos lucros. Em consequência isto atinge a acumulação capitalista, geram uma estagflação, incapaz

assim de produzir aos mesmos ventos fortes os padrões anteriores com as mesmas rentabilidades, a dinâmica capitalista se vê ameaçada pela massiva solidez do Estado.

O desemprego começa a se expressar, a estagflação atinge assim não só o consumo, mas também o padrão reprodutivo dessa organização macroeconômica guiada pelo padrão de altos investimentos e formação de grandes mercados sólidos, somados aos desenvolvimentos de todas as perspectivas de bem-estar social produzidas pelo Estado que conjugou em si os conflitos de classe anteriormente gerados pelo capital concorrencial.

O ideário neoliberal toma força como proposta econômica para resolução desse novo conflito. Mas se as ideias ganham maior repercussão nesse contexto, sua gênese é muito anterior. Os intelectuais reunidos em torno do Mont Pelerin Society, em 1947, já criticavam intensamente a forte presença do Estado promotor de políticas públicas como servidão e castrador das tão sacramentadas liberdades individuais.

O ponto crítico é exposto por economistas e filósofos como o austríaco Friedrich Hayek e o estadunidense Milton Friedman, que colocam os pontos principais, segundo Pochmann (1999, p.15.), das razões que levaram o estado keynesiano para a crise de estagflação:

(I) o desincentivo ao trabalho e a restrição à liberdade do cidadão promovidos pelos mecanismos promotores de proteção e de garantia de renda, por meio do Estado de Bem-Estar social;

(II) a elevação artificial do custo do trabalho decorrente das bases de financiamento do Estado de bem-estar social que oneram, em parte, o salário pago;

(III) o enrijecimento do padrão de uso e remuneração da mão-de-obra proporcionada pelo monopólio dos sindicatos na contratação coletiva de trabalho e na restrição à geração de ocupações flexíveis e à demissão com maior facilidade;

(IV) a inibição ao crescimento econômico e à abertura de novos empregos promovida pelo constrangimento da poupança privada e das margens de lucro, por meio do aumento da carga tributária e da regulação econômica pelo Estado e sindicatos; e

(V) o aumento da inflação decorrente da pressão salarial exercida pelos sindicatos e pelo quase pleno emprego.

O neoliberalismo propõe essas medidas de abertura de mercados e combate a presença do Estado como uma solução para a crise enfrentada pelo modo sólido de produção capitalismo por um modelo mais flexível como saída e meio para obtenção do emprego e solução para a crise inflacionária, muito mais essa, que seria decorrência do empecilho promovido pelo Estado de bem-estar social. Para que a economia volte a funcionar, alegam os neoliberais, é exigido todo um novo acordo entre as relações de trabalho e sociais.

Há que se diferenciar na análise da produção brasileira o que foi o fator desencadeador da crise do modelo desenvolvimentista e o que foi o fator singular do aprofundamento e incapacidade da saída da crise conforme a estrutura nacional. Se com a recessão dos países de economias industrializadas, o conflito acerca do preço do petróleo e a crescente dos juros, o padrão de financiamento nacional entra em colapso, assim não podendo sustentar internamente um processo de industrialização pesada nacionalmente, evidenciando dois elementos da economia brasileira, a sua dependência internacional quanto aos preços das commodities e dívida externa para o padrão de financiamento, conformando o conflito com uma crise cambial que se reproduz na crise fiscal do Estado-Nacional.

Esse “impasse”, a se ver evidenciado o processo nacional de produção, rompidas as grandes ondas de crescimento, quando ao atingir as elites nacionais, recorrem à conservação da ordem. Em momento algum foram revistas os grandes agentes fiscais para a promoção de um desenvolvimento industrial. Se em algum momento foram constatados momentos de crescimento estes foram apenas soma de fatores positivos, não alteração do processo de relações de propriedade da economia brasileira. Se o Brasil alcançou, durante um ciclo econômico uma relativa afirmação industrial, estas se reproduziram mediante o agravo da heterogeneidade nacional. O autoritarismo foi marcante no processo de industrialização. O Estado-Desenvolvimentista não realizou uma convergência de interesses, mas sob sua direção realizou a industrialização no tripé empresas nacionais, empresas multinacionais e empresas estatais. Sob seu comando criou um extenso parque industrial sob regime de baixos salários e não modernização das relações de propriedade do latifúndio.

Os três elementos fortes no Estado-Desenvolvimentista se reorganizarão de forma negativa. O estado promoverá as reformas liberalizantes da globalização, a competição internacional tomará novas faces com a inserção diferenciada da produção japonesa e os conflitos cambiais e de liquidez da produção Norte-Americana e o Brasil

reafirmará a política nacional de fortalecimento das empresas nacionais de bens de consumo pouco duráveis e do setor agro-exportador. A iniciativa primeira por parte do Estado brasileiro foi a ação para essa parcela da produção no Brasil com vistas a sua inserção internacional típica pela essa área de produção, mesmo pelas perdas internacionais no comércio motivadas por uma crise cambial e o endividamento externo. O Brasil inicia assim, por força de um processo incapaz de reproduzir bens industriais extensos como a indústria pesada, uma retração e recorre à exportação de bens primários.

Nos anos 90 iniciou-se uma série de medidas para o “ajuste” da produção no Brasil. Os caracteres que assume no Brasil desse “ajuste” é o da governabilidade. “Leia-se capacidade ou poder de “formular” e implementar políticas, obedecendo o tempo e administrando conflitos, sem abandonar os objetivos centrais propostos pela autoridade constituída”.(FIORI,1995.p.134.). Ao que surge como proposta para o ajuste governamental a reproduzir-se o modelo de produção flexível e novas tarefas do Estado.

Quando se desenrolavam as eleições diretas para a presidência da República (outubro de 1989) já se havia alcançado no país finalmente um consenso básico: todas as forças políticas e as elites empresariais, intelectuais etc. reconheciam que o Brasil não vivia apenas uma crise econômica conjuntural. Tratava-se de crise mais profunda e estrutural que estava sinalizando o esgotamento do modelo desenvolvimentista responsável pela complementação tardia do programa tecnológico e organizacional da Segunda revolução industrial. Reconhecia-se a importância daquele modelo diante dos requisitos da Terceira Revolução Industrial e do novo cenário econômico mundial. Mesmo assim se reconhecia o problema do financiamento como a principal fragilidade de um modelo que, de certa forma foi excessiva e desnecessariamente protecionista. Também eram reconhecidas as consequências perversas de uma relação entre o Estado e o Empresariado – inorgânica e particularista – e criticava-se o caráter excludente e autoritário do modelo em crise. Ao mesmo tempo, aceitava-se a indispensabilidade de um profundo ajuste macroeconômico e de uma reestruturação produtiva e, por fim, identificava-se, no epicentro das transformações indispensáveis, o imperativo da reforma do Estado. (FIORI, 1995.p.152-153.)

A governabilidade não é obtida pela constatação das mudanças em curso e simples adoção delas por medidas política. As forças políticas nem sempre convergentes no âmbito nacional e as condições socioeconômicas para a formação de um novo padrão de desenvolvimento possibilitam a plena materialização. A formação de “novo” Brasil passa pela hierarquização do poder, seja no cenário nacional ou na inserção internacional que o Brasil pode almejar e alcançar. As propostas devem ser

vistas como um dos pontos de partida, juntamente com as condições de produção e poder no Brasil.

O modelo fordista no Brasil deixou grandes marcas na industrialização. O Estado-desenvolvimentista promoveu forte industrialização, mas com uma ressalva, o que foi nacional, estatal e estrangeiro. Nessa divisão não houve por parte do Brasil iniciativa para o desenvolvimento dos bens de capital e quando da crise fordista norte-americana há um esvaziamento desses bens para a produção do modelo brasileiro. Juntamente com isso há o protecionismo norte-americano no qual o Brasil competia com base nas vantagens absolutas, desse modo a inserção internacional é duplamente limitada ao protecionismo e ao modelo fordista, que o Brasil não produziu bens de capital capaz de se inserir de forma inovadora no cenário internacional e somente obteve relativo sucesso em aspectos dos produtos da indústria historicamente nacional.

Tendo em vista o sentido global do ajuste macroeconômico e da abertura comercial, ocorreu, tanto na Argentina ainda nos anos 80 e no Brasil (a despeito das notáveis diferenças de escala) nos anos 90, uma mudança no padrão de especialização do setor industrial: encolhimento do complexo metal-mecânico e expansão dos ramos industriais intensivos em recursos naturais. Estas estratégias buscaram, por outro lado, ajustar-se às novas condições tarifárias e cambiais decorrentes do Mercosul. O efeito imediato deste deslocamento foi a redução de emprego e demanda por bens de capital e quebra dos encadeamentos industriais. Foi notável aqui a mudança estrutural dos coeficientes de exportação e importação em todos os ramos da indústria. Se de um lado se reespecializa os ramos da indústria na direção de commodities, de outro, em todos os subsetores da indústria, com a exceção de produtos alimentares, os coeficientes de importação passaram a exceder, nos anos imediatos ao da abertura externa, os de exportação. Como no México, a sobrevalorização da taxa de câmbio contribuiu tanto no Brasil quanto na Argentina para uma rápida expansão do déficit comercial. No caso brasileiro, devido ao maior porte de sua indústria e das suas instituições, houve maior resistência do ajuste estrutural – ao longo dos anos 80 e início dos 90 os principais grupos industriais nacionais mantiveram-se preservados. Entretanto, no início da década e sobretudo a partir de 1994, o coeficiente de penetração das importações deu um forte salto.(...)Na indústria brasileira, com exceção de Tratores e Maquinas Rodoviárias, os setores que aumentaram o coeficiente de exportações foram os detentores de vantagens competitivas tradicionais: madeiras, calçados, metalurgia dos não ferrosos, conservas de frutas, siderurgia, celulose e pasta mecânica, etc.(MEDEIROS,1997. p.340-341.)

A inserção internacional brasileira no mercado internacional é marcada pela reafirmação de sua dependência internacional após a falência do padrão de financiamento para a industrialização. Mas não é apenas isso que torna complicado para a produção no Brasil. Agora, com a reafirmação nacional oligárquica, redesenham-se os limites do emprego no Brasil e as importações sendo a contra medida da balança

comercial, sem qualquer perspectiva de produção, mesmo as anteriores transnacionais no Brasil. O setor de serviços avança sobre o Brasil como meio de terceirização e flexibilização da produção nacional inserida internacionalmente. Se o capital se tornou mundial foi mediante sua diferenciada inserção em áreas geográficas com meios de produção e consumo distintos, uma nova inserção típica de uma parcela de trabalho do sistema capitalista seja produtiva ou no setor de serviços:

De um modo geral, ainda que em dimensões distintas, a abertura comercial e financiamento favoreceu intensamente o setor de serviços nestas economias. Parte significativa do IDE que se expandiu fortemente nos anos 90 para países como Mexixo, Argentina, Brasil e Chile, foi canalizado para o setor financeiro e para a aquisições patrimoniais em serviços de utilidades pública privatizados. As importações, por outro lado, permitiram aumentar as vantagens as margens de lucro do comercio e serviços em relação a atividade industrial. Os investimentos nestas atividades ainda que possuam impactos não desprezíveis obre o crescimento econômico e o emprego, não qualquer impacto direto – a menos da indústria do turismo – sobre as receitas cambiais. O crescimento dos investimentos nestas atividades em contraste com a baixa formação de capital na indústria, explica em parte o deslocamento entre as séries de investimentos(excetando a construção civil) e as de impostações, novamente em forte contraste coma Ásia. A expansão e a internacionalização dos serviços, o retrocesso da substituição de importações na indústria e a especialização do setor exportador em commodities vão definindo uma modalidade de inserção internacional do trabalho bastante diferenciada da que se observou sobre a Ásia. (MEDEIROS,1997,p.333.)

A limitação estrutural dos empregos transformadores de valor, ou produtores de valor agregado tipicamente desenvolvido no período do estado desenvolvimentista é restringindo com a abertura neoliberal e a inserção internacional diferenciada orientado pelo comércio internacional. A balança comercial entra como medida de do processo de crescimento da renda nacional, mas não entra como transformadora do processo produtivo nacional. A modernização conservadora é a medida da expansão da produção mundial. A expansão da produção mundial é orientada pelo cálculo mercadológico de trocas possíveis e regulação do poder hierárquico mundial. O comercio internacional mundial após todas as suas trocas é igual à zero, assim todos os desenvolvimentos produtivos diferenciados é que vem medir o aumento do processo produtivo como um todo, não a mera abertura dos mercados, a formação é nacional orientada internacionalmente. A competição é na medida da preservação dos oligopólios, qualquer cálculo precipitado leva ao desequilíbrio das relações hierárquicas de poder, assim a acumulação flexível e a modernização conservadora são a medidas do processo produtivo após a abertura neoliberal.

Em vista desde condicionantes estruturais da economia mundial e também as limitações produtivas da economia brasileira que surgem em oposição as regulações e aberturas do mercado e da concorrência internacional apenas como medida de sucesso da economia o desenvolvimentismo distributivo orientado pelo estado ou “social-desenvolvimentismo”. O social desenvolvimentismo, claramente só delimitado no final do governo Lula estabelece a insuficiência dos gastos com do PIB e da prosperidade interacional das exportações, e o aumento do credito e consumo como por si mesmo como insuficientes para o crescimento:

Tal fato põe em questão a eleição do “social” como o próprio elemento ativador do desenvolvimento capitalista pretendido. Embora a redistribuição de renda e a redução das desigualdades possam ser finalidades prioritárias da política econômica, é pouco provável que se sustentem por muito tempo como os motores mesmos do desenvolvimento capitalista. A própria ativação de um círculo virtuoso entre redistribuição de renda e expansão do mercado interno de massas pressiona os estrangulamentos da estrutura produtiva e logística e, dadas as descontinuidades de escala de oferta, exige a expansão dos investimentos adiante da demanda corrente. Com isso, surgem pressões sobre o orçamento fiscal que concorrem com novas solicitações redistributivas sobre o gasto social. Essa concorrência é pequena nos estágios iniciais de expansão do investimento público (e dos subsídios ao investimento privado), mas tende a agravar-se com o tempo. Diante de tal concorrência, parece irrealista supor que, em uma economia capitalista, o critério do benefício social orientará sempre as decisões de política econômica. Mesmo dentro dos governos petistas, parece haver grupos mais favoráveis do que outros à elevação dos salários diretos e indiretos a um ritmo superior ao crescimento do gasto público ou do PIB, embora em conjunto sejam favoráveis a um patamar mais alto do que a corrente do desenvolvimentismo exportador(...). De fato, além da defesa da ação redistributiva do Estado, a corrente é favorável ao papel do Estado para realizar, financiar ou coordenar um conjunto de grandes projetos de investimento que não se resume a oferecer condições gerais para a acumulação de capital (como infraestrutura, educação básica e superior, saúde, ensino técnico etc.), mas que passa gradualmente a envolver-se na reestruturação de setores prioritários. Uma coisa não se harmoniza facilmente com a outra: alguém duvida de que, a curto prazo, operações de capitalização dos bancos públicos ou ampliações dos subsídios a investidores privados, possam opor-se a elevações do gasto social? Ou que a defesa de um ritmo mais veloz de depreciação cambial para estimular investimentos sofra resistências daqueles que querem evitar um repique da inflação prejudicial à renda dos mais pobres?(BASTOS,2012,p.795-796).

A questão a ser colocada é a tensão, cada vez mais forte entre setores exportadores e rentistas e versus o gasto social e formação de capital e trabalho, política sociais, a centralidade do processo produtivo nacional e da redução das desigualdades do que a abertura e regulação pelo mercado.

3. Educação, Proteção Social e o Programa Bolsa Família

Programas de transferência de renda associadas a condicionantes são anteriores ao governo Lula, sendo inicialmente projetos de prefeituras locais como Campinas e Brasília nas gestões dos anos 1990 posteriormente adotadas pela administração de Fernando Henrique Cardoso, (FHC) no âmbito nacional e articuladas em um único programa de renda mínima no Bolsa Família em 2003².

Os conflitos advindos das condições objetivas das políticas econômicas e nova administração pública e de recursos fiscais confluindo com as demandas sociais de renda e dos direitos sociais estabelecidos na constituição federal de 1988, CF/88, que são direitos, mas também metas de realização do desenvolvimento e superação dos gargalos estruturais econômicos e sociais brasileiros produziram o panorama para ação nacional de políticas públicas.

Nesse contexto inserem-se as condições básicas da política social dos programas de transferência de renda, focadas nos estratos mais pobres da sociedade e a garantia universal do acesso aos direitos sociais³. Confluem assim duas políticas, a assistência social e educação, focais e universais respectivamente.

O início das questões públicas surgem da discussão da associação do déficit educacional, ou mais amplamente o social, com a questão da renda, seu acesso a ela de forma qualificada. Torna-se viável a indagação dos programas sobre necessidade de condicionantes ou não para a transferência de renda ou somente o acesso universal

² Em janeiro de 2004, o presidente Lula sancionou seu principal programa social – o Bolsa Família (PBF), criado pelo decreto de 2003 e pela Lei n. 10.836/04, conforme atrº.1 parágrafo único. “O Programa de que trata o caput tem por finalidade a unificação dos procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal, especialmente as do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação - Bolsa Escola, instituído pela Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001, do Programa Nacional de Acesso à Alimentação - PNAA, criado pela Lei n o 10.689, de 13 de junho de 2003, do Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à Saúde - Bolsa Alimentação, instituído pela Medida Provisória n o 2.206-1, de 6 de setembro de 2001, do Programa Auxílio-Gás, instituído pelo Decreto nº 4.102, de 24 de janeiro de 2002, e do Cadastramento Único do Governo Federal, instituído pelo Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001.”

³ Os direitos sociais de educação, lazer, saúde, são direitos de segunda geração que se caracterizam não pelo aspecto individual ou coletivo, mas como fundamentais para realização da sociedade, sendo dados pela prosperidade social e não imediatos e sim como projetos sociais de riqueza material social e não individual.

garantiria o processo de supressão da questão de renda. Cabe assim dialogar entres os projetos de transferência de renda e a condição social brasileira historicamente.

O desenvolvimentismo nacional anterior deixou uma cena de expansão material baseada na criação de um mercado nacional amplo e com foco na produção urbana industrial, mas com gargalos nas questões sociais, não democráticos. Direitos sociais eram de fato meritocráticos, educação, lazer, saúde inseriam-se no âmbito da conquista individual sem respostas sociais válidas pelo poder público. (COSTA, 2009).

A falência desse projeto deixou dependentes de criação de renda e desempregados, em suma, grupos vulneráveis, e reproduzindo-se na miséria social, mas, além disso, excluídos de direitos sociais, “[...] É produto da exploração do trabalho; é desigualdade na distribuição da riqueza socialmente produzida; é não acesso a serviços sociais básicos, à informação, ao trabalho e à renda digna; é não participação social e política.” (SILVA, 2007, p.1430). Nesse ponto os projetos sociais são de imediata pretensão à assistência monetária para realização de meios básicos de existência e também social.

Mas a compreensão de políticas de assistência social para serem realizadas à longo prazo devem ser inseridas em um novo projeto de desenvolvimento nacional. O entendimento exposto é de garantia universal e de forma equânime aos direitos sociais e a criação de renda. Aos parâmetros estabelecidos no Brasil surgem políticas condicionadas de renda.

Os projetos federais de transferência de renda que surgem no governo F.H.C são bolsa escola, bolsa alimentação, entre outros. Esses projetos tinham como contrapartida de seus assistidos, no caso da bolsa escola, frequência escolar de 85%. Assim o direito social estava ligado a uma assistência social, a educação, uma mediação.

Porém esse mesmo projeto de democratização e acesso a educação surge a sombra da falência do padrão anterior de socialização, emergindo, assim, uma outra perspectiva de gestão educacional e projeto pedagógico e de formação de professores. Com a crise fiscal se resignifica a ideia de neoprodutivismo e neotecnicismo, desse modo na gestão dos recursos públicos a educação focará nas disciplinas para situações práticas e efetivas, ou seja, com vistas ao resultado na produção. (SAVIANI, 2011).

Esses caracteres pedagógicos emergem após a crise do capital para reorganização da produção e sociedade, que dá outro significado a perspectiva de socialização mediante a educação e formação de professores. Se anteriormente a perspectiva era do coletivo, de caráter universal e amplo de transmissão do conhecimento social, rompendo com a escola tradicional neste momento é individualista, pois remete ao conceito de empregabilidade e passível de ser excluído indivíduo que não se adequar a esta condição, dual, pois há cientistas conhecedores e “apenas” trabalhadores capazes de realizar as técnicas, sendo o conhecimento apenas técnica, não democrático, mas exclusivo, sendo que participam da práxis social, mas não de sua produção de conhecimento, ou mesmo aquisição universal, sendo este restrita a grupos que formação superior.(FRIGOTTO, 2005).

Para realização do projeto de universalização do acesso e garantia a educação a gestão de F.H.C compreendeu os programas em três conjuntos: os universais, os de seguridade social e geração de renda e novas formas de qualificação e transferência de renda, ou seja direitos sociais, no caso da educação a reforma do ensino básico e alocação de recurso conforme renda per capita aferida, atenção aos novos rumos dos mercados e do mundo do trabalho e qualificação profissional e transferência de renda direta a setores vulneráveis. (DRAIBE, 2003).

A separação em conjuntos de atuação promoveu uma focalização, seja em setores da sociedade ou problemas pontuais e uma descentralização entre algumas ações. O que se pontua nessa gestão de F.H.C é a crise entre os padrões antigos de desenvolvimento, a nova situação econômica e a universalização dos direitos sociais em tempos de crise fiscal. Tentou-se resolver problemas de renda e ampliação de direitos sociais, mas o entrave de garantia dos direitos sociais de forma qualitativa sofreu um revés à margem da crise econômica e de gasto público social⁴.

Com o governo Lula no ano de 2003 é regulamentado mediante medida provisória - e posteriormente com a lei em 2004 sob regulamento do ministério do desenvolvimento

⁴ A questão é que a reorganização da sociedade civil e a sua novas competências sociais, sendo o Estado articulado em relação aos direitos sociais, de modo distinto ao padrão do Estado de bem estar social, assim como a reestruturação dos serviços econômicos e de produção sob controle do estado passam a ser privatizados (ANDESON, 1995) os serviços sociais sofrem uma “autonomização” e passam a ser geridos por entidades público-privadas, e cabe ao estado coordenar essas atividades, sendo agora a esfera da sociedade civil a esfera cidadã e capaz de articular esses interesses sociais (NEVES, 2005), o Estado, assim, em vez de garantir a produção do emprego/trabalho garante uma renda mínima/proteção social como materialização do direito.(COUTROT,2002).

social, MDS, - a unificação dos projetos de transferência de renda no Brasil, com o intento de melhorar a funcionalidade e o valor monetário do benefício e ampliar o fundo dos recursos.

Das transformações elaboradas através da unificação dos programas de assistência social com renda condicionada e acesso aos direitos sociais são três as características que norteiam a sua ação:

A transferência direta de renda para promover a melhoria imediata das condições de vida das famílias em situação de pobreza; o acesso efetivo das famílias aos serviços básicos de educação, saúde e assistência social; e a integração com outras ações e programas do governo e da sociedade civil voltados ao desenvolvimento de ocupação, geração de renda e elevação do bem-estar das famílias pobres. (OLIVA, 2010, p. 363).

A compreensão de articulação das necessidades dos assistidos de forma social e monetária conjuntamente, o novo papel do mundo do trabalho e geração de renda, que pretende a geração de outras formas de renda, além da distribuição e sim redistribuição da renda no Brasil, seja na articulação das novas formas de produção do mundo do trabalho, seja no processo produtivo ou nas competências, inseridas na nova sociedade do conhecimento soma-se a isso a questão estrutural que não se torna questão de assistência social meramente e sim questão ampla das necessárias transformações sociais e econômicas no modelo de desenvolvimento social proposto pelos ideólogos do governo Lula.

Bolsa família é um modelo que se propõe a atender todos os membros de uma família de forma conjunta e mediante contrapartida como meio a estimular o acesso aos direitos sociais ampliar a rede de atuação e não apenas focar em apenas dar o serviço social sem qualquer padrão de situação de atendimento e fornecer serviços auxiliares em relação a certos direitos sociais⁵, cabe aqui a discussão entre a associação entre o

⁵ Na lei que gerencia o bolsa família estimula o acesso aos direitos sociais e seu monitoramento, conforme artº27 item I e II: “ As condicionalidades do Programa Bolsa Família previstas no art. 3º da Lei nº 10.836, de 2004, representam as contrapartidas que devem ser cumpridas pelas famílias para a manutenção dos benefícios e se destinam a: (Redação dada pelo Decreto nº 7.332, de 2010)I - estimular as famílias beneficiárias a exercer seu direito de acesso às políticas públicas de saúde, educação e assistência social, promovendo a melhoria das condições de vida da população; e (Incluído pelo Decreto nº 7.332, de 2010)II - identificar as vulnerabilidades sociais que afetam ou impedem o acesso das famílias beneficiárias aos serviços públicos a que têm direito, por meio do monitoramento de seu cumprimento.” “Além da transferência monetária, o Bolsa Família propõe o desenvolvimento de ações complementares

universal e o particular no acesso a formas de renda e direitos promovidos pelo Estado, até que ponto são renda mínimas, distribuição social da riqueza coletiva ou imposto negativo esse tipo de transferência efetuada no Brasil, já que há distinções entre projetos de recursos mínimos e outros projetos com vistas a complementaridade de políticas de complementaridades de ações sociais:

Se, pela primeira vez, a proteção social brasileira opera um programa de distribuição de renda à população pobre, independentemente de comprovação de incapacidade para o trabalho ou de afirmação de mérito, é da precariedade do mercado de trabalho no Brasil que este programa trata, tornando clara a relação estratégica entre trabalho e proteção social.(...) É enquanto integrantes da sociedade que os pobres se apresentam como problema, seja este problema percebido como tendo natureza moral, seja associado à segurança pública, a dimensões da justiça social ou da democracia. A pobreza e o pobre remetem questões centrais à sociedade: de um lado, os problemas referentes à ordem econômica em um contexto de mercado de trabalho restritivo no que se refere à criação de empregos, trabalho e renda; de outro lado, problemas de ordem política, referentes à construção dos direitos sociais e da cidadania. Mas os pobres e a pobreza remetem ainda ao questionamento da própria regulação da ordem social, sua ordem de produção de riquezas e de manutenção da estabilidade social(LACCOUD,2010, p.121-122).

Somado a essa característica de universalidade assistida o PBF é articulado com outros programas não necessariamente condicionantes ou de contrapartida, como a concessão de microcrédito, cursos profissionalizantes e subsídios agrícolas, entre outros, que estão já na terceira esfera de ação do bolsa família, que articula-se com a problemática da rearticulação do mundo do trabalho e nova formação de qualificações capazes de promover renda aos assistidos, que segundo os autores dos programas seriam mediações para a “independência” em relação aos programas.

A questão que parte de âmbito mais restrito da construção do programa até suas relações mais amplas dentro de um projeto universal de transformação da renda nacional dos trabalhadores e acesso equânime aos direitos sociais se relacionam dentro

no campo da educação, saúde e trabalho. Isso para possibilitar que crianças e jovens de seis a quinze anos tenham acesso a escolas e a postos de saúde e os adultos da família, acesso à alfabetização, capacitação profissional, pequeno crédito, além de serem oferecidas ações de saúde para mulheres grávidas, objetivando integrar esforços para permitir a autonomização das famílias”. (SILVA, 2007, p.1334)

de uma nova lógica de desenvolvimento social que projetam os construtores dessa lógica institucional.

Há assim em uma questão ampla e mediata a transformação de renda nacional de forma recíproca entre os programas focalizados de assistência social e desenvolvimento de atividades focalizadas e a construção de direitos sociais e renda, em suma, para o governo, desenvolvimento e construção e riqueza nacional se relacionam e são recíprocos para sua efetivação, segundo o então ministro, Aloizio Mercadante, do governo Lula e um dos principais elaboradores da política de governo afirma:

A experiência mostra, no então, que o recurso a focalização não é uma panaceia, nem se presta a apenas à adoção de “políticas pobres para os pobres”, em uma sociedade em regressão. Ele pode, se bem utilizado, integrar esforços mais abrangentes por mudanças estruturais da sociedade brasileira em um quadro de progresso material e de elevação dos padrões de bem estar do país. Mesmo porque, se houver uma clara determinação política de combater a pobreza, a começar pela erradicação de suas formas mais extremas, a focalização nos pobres, pela sua magnitude social, obriga necessariamente à implementação de programas de massa, como é o caso do bolsa família.

Mas, para superar radicalmente as condições de reprodução da pobreza e das desigualdades sociais – considerando, sobretudo, a situação precária de 28 milhões de pessoas que acabaram de sair da pobreza e a necessidade de retirar outros 21 milhões da mesma condições -, é urgente ampliar o alcance das políticas que integram o esforço de construção do Novo desenvolvimentismo no Brasil. Isso implica a consolidação da atual trajetória de redefinição das relações entre Estado, mercado e sociedade e das condições estruturais que estão moldando as bases da estabilidade com crescimento econômico, da expansão do consumo de massa, da distribuição mais equânime da renda, da institucionalização dos avanços sociais e da plena democratização da sociedade brasileira(OLIVA, 2010, p.263).

Compreender a evolução da assistência direta, como surgida no Brasil, suas transformações relacionadas às suas condições históricas e sociais e o papel que os direitos sociais devem cumprir para a realização de uma sociedade mais equânime e de fato na qual os direitos são universais e acessíveis devem ser mediadas por um projeto amplo de desenvolvimento econômico, da produção e somada às novas competências do Estado e como este irá fazer a gestão social das políticas públicas, a compreensão emergida não se resolve no âmbito exclusivo de uma competência, seja da assistência social, educação ou progresso material, mas ver como será as relações complexas destes e seus resultados.

4. Considerações Finais.

Embora o PBF e a construção teórica do desenvolvimentismo social não sejam simultâneos o sucesso tanto de um quanto de outro, ou seja, a educação, e amplo sentido os direitos sociais e a proteção social, e a geração de trabalhos e rompimento do ciclo Inter geracional da pobreza estão ligados.

Embora imediatamente a trajetória dos programas de transferência de renda aparentem ligação e o crescimento econômico no governo Lula obteve relativo sucesso na redução da pobreza imediata eles apresentam uma tentativa de ruptura ao eleger a centralidade do modelo de proteção social e direito e políticas educacionais e também na ação do Estado na produção nacional de empregos.

Tanto o PBF e o desenvolvimentismo social, não será um processo para os pobres, focal, mas uma a garantia de direitos sociais aos mais pobres e historicamente expulsos pelo processo de produção perverso do desenvolvimentismo, neoliberalismo e modernização conservadora, e democrático ao buscar a centralidade no processo social universal e não apenas na produção do mercado, não se trata de uma política para pobres, mas uma política para a superação da pobreza, embora muito recente e com muitos embates a serem realizados.

5. Referências

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILE, Pablo (Org.) Pós-neoliberalismo I: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. P.9-23

BASTOS, P.P.Z. A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo. *Economia e Sociedade*, p. 779-810, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v21nspe/v21nspea04.pdf>>. Acesso em: 10 Apr. 2014.

BORGES, Elcilene de Melo. *A Qualificação Profissional no âmbito do Planfor: Um Estudo dos Programas Executados em 1996-1998*. Campinas, 1999. Dissertação (Mestrado em Educação) – Unicamp.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: Texto Constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal., Subsecretária de Edições Técnicas, 2002.

BRASIL. Decreto nº 5.209 de 17 de setembro de 2004. Regulamenta o Programa Bolsa Família [acessado 10 ago. 2012]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>.

BRASIL. Medida provisória nº 132 de 20 de outubro de 2003. Cria o Bolsa Família [acessado 10 ago. 2012]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>

BRASIL. Lei nº 10.836 de 9 de janeiro de 2004. Institui o Programa Bolsa Família [acessado 10 ago. 2012]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>

COSTA, N do Rosário. A proteção social no Brasil: universalismo e focalização nos governos FHC e Lula. *Ciência & saúde coletiva*, p. 693-706, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.org/pdf/csc/v14n3/02.pdf>>. Acesso em: 29 Jun. 2013.

COUTROT, T. Trabajo, empleo e actividad. In: FRIGOTTO, G; GENTILI, P (Org.). *A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho*. 3.ed. São Paulo: Cortez. P.13-33

DINIZ, Simone. Critérios de justiça e programas de renda mínima. *Revista Katálysis*, v. 10, n. 1, p. 105-114, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802007000100012&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>.

DRAIBE, Sônia. A política social no período FHC e o sistema de proteção social. *Tempo Social*, v. 15, n. 2, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702003000200004&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. S. A política social no período FHC e o sistema de proteção social. *Tempo social- USP*. p.63-101. nov 2003.

FIORI, J.L. *O Vôo da Coruja: Uma Leitura Não Liberal da Crise do Estado Desenvolvimentista*. Rio De Janeiro: EdUERJ, 1995

HARVEY,D. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural.18.ed.São Paulo:Loyola,2009

_____.O neoliberalismo.Historia e implicações. São Paulo: Loyola,2008.

MEDEIROS. Carlos Aguiar de.Globalização e a Inserção internacional diferenciada da Ásia e de América Latina. In: TAVERES, Maria da Conceição e FIORI, José Luís. (Orgs.) Poder e Dinheiro: Uma Economia Política da Globalização. Petrópolis: Vozes, 1997.

MONNERAT, GL et al. Do direito incondicional à condicionalidade do direito: as contrapartidas do Programa Bolsa Família. Ciência & saúde coletiva, v. 12, p. 1453-1462, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v12n6/v12n6a06.pdf>>. Acesso em: 29 Oct. 2013.

NEVES,L.M.W. A nova pedagogia da hegemonia no Brasil – estratégias do capital para educar o consenso. In: _____.(Org.). A sociedade civil como espaço estratégico de difusão da nova pedagogia da hegemonia. São Paulo: Xamã.P.83-125.2005

OLIVA, Aloízio Mercadante. A bases do novo desenvolvimentismo no Brasil: análise do governo Lula (2003-2010). Campinas, 2010. Tese(Doutorado em ciências econômicas) – UNICAMP.

POCHMANN,M. O Trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo:Contexto,1999.

JACCOUD,L. O programa bolsa família e o combate à pobreza: reconfigurando a proteção social no Brasil?in CASTRO, JA; MODESTO, L (Orgs.). Bolsa família 2003-2010: Avanços e desafios I. Brasília: IPEA, 2010. Disponível em: <<http://scholar.google.com/scholar?hl=en&btnG=Search&q=intitle:Bolsa+família+2003-2010+:+avanços+e+desafios#0>>. Acesso em: 3 Nov. 2013.p.101-135

SAVIANI,D. História das ideias pedagógicas no Brasil.3.ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SILVA, M.O.S. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. *Ciência & saúde coletiva*, v. 12, p. 1429-1440, 2007. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufma.br:8080/jspui/handle/1/157>>. Acesso em: 29 Jun. 2013.

SUPLICY, E. Renda de cidadania: a saída é pela porta. São Paulo : Cortez: Fundação Perseu Abramo, 2002.

VAN PARIJS, P. Renda básica: renda mínima garantida para o século XXI. *Estudos Avançados* 14(40), p.179-210, 2000.